■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

Referência: Pregão Eletrônico nº13/2020
Assunto: julgamento de recurso administrativo
Recorrente: PROATIVIDADE CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTAO DE RH LTDA
Recorrida: ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA

Prezados Senhores,

Recebi os autos instruídos com o recurso interposto pela licitante PROATIVIDADE CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTAO DE RH LTDA referente ao julgamento do Pregão Eletrônico nº13/2020 e com as contrarrazões apresentadas pela licitante recorrida ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA

No que tange ao recurso interposto, a recorrente contesta a decisão da pregoeira, inferindo que a proposta da recorrida desatende a legislação de referência e não observa recomendações do Portal de Compras do Governo. No tocante à habilitação, em sede de qualificação econômico-financeira, argumenta a recorrida não comprovou pelo capital social apresentado o valor mínimo exigido pelo edital.

No exercício das contrarrazões, a recorrida contesta pontualmente as alegações da recorrente baseando-se no fato de ter seguido as planilhas de custos anexadas ao edital e em equívoco de interpretação da recorrente em face do preenchimento integral da planilha.

A pregoeira da UFRJ, em sede de julgamento, procura esclarecer os questionamentos da recorrente, enveredando-se pelos detalhamentos da planilha no intuito de confirmar a convicção do julgamento que declarou a recorrida vencedora do certame.

É o relatório do necessário. Decido.

De início, observo que edital do Pregão Eletrônico nº13/2020 impõe o dever de as licitantes apresentarem suas propostas de acordo com normais e condições estabelecidas neste instrumento, a fim de proporcionar a seleção do menor preço, obrigando-se a licitante detentora da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar à demonstração de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeiro e qualificação técnica.

As alegações da recorrente questionam fundamentalmente a classificação proposta da recorrida, mormente sobre a questão do preenchimento de índices de composição de custos, que no seu entender estariam incorretos e, por esta razão, seria motivo ensejador da desclassificação da proposta classificada. Nas informações da pregoeira da UFRJ, de onde também se extraem registros fundamentais para a formação da convicção do julgamento ora questionado, estão claramente identificados os elementos que formaram a base da decisão, todos integrantes da instrução processual e originalmente apresentados em sede de habilitação, demonstrando, inclusive, alinhamento da análise proferida, com o entendimento pacificado na Corte de Contas Federal sobre o tema.

Por outro lado, a recorrente não adita fato novo ou argumento capaz de estorvar a decisão atacada.

Isto posto, entendo que deve prevalecer o entendimento que melhor homenageia o princípio da ampla concorrência e da melhor proposta, pautada em razoabilidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, em contraponto a interpretações divorciadas das regras objetivamente definidas pelo edital da licitação, razão pela qual denego o recurso interposto e RATIFICO, nos termos do artigo 13, inciso IV, do Decreto nº10.024/2020, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Retorno aos autos à Coordenação Geral de Licitações para as providências de praxe.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2020.

ANDRÉ ESTEVES DA SILVA
Pró-Reitor

Referência: Pregão Eletrônico nº13/2020
Assunto: julgamento de recurso administrativo
Recorrente: ATLANTICA SERVICOS GERAIS LTDA
Recorrida: ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA

Prezados Senhores,

Recebi os autos instruídos com o recurso interposto pela licitante PROATIVIDADE CONSULTORIA EMPRESARIAL E GESTAO DE RH LTDA referente ao julgamento do Pregão Eletrônico nº13/2020 e com as contrarrazões apresentadas pela licitante recorrida ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA

No que tange ao recurso interposto, a recorrente contesta a decisão desclassificação de sua proposta alegando que o cadastramento de quantidade aquém do exigido pelo edital não poderia ser motivo de desclassificação, eis que, segundo argumentos aduzidos pela contestação, a licitação não estaria subordinada a quantidades de postos de trabalho, mas sim ao valor unitário do item e a correção poderia ocorrer durante a etapa competitiva. No mérito, postula a nulidade do julgamento.

A recorrida não exerceu o direito às contrarrazões.

A pregoeira da UFRJ, em sede de julgamento, procura esclarecer os questionamentos da recorrente em face do

Sistema Comprasnet diante do registro da proposta da recorrente, que cadastrou 1 posto de trabalho no lugar de 145 postos, de acordo com as exigências do edital, trazidas à sua fundamentação.

É o relatório do necessário. Decido.

De início, observo que edital do Pregão Eletrônico nº13/2020 impõe o dever de as licitantes apresentarem suas propostas de acordo com normais e condições estabelecidas neste instrumento, a fim de proporcionar a seleção do menor preço, obrigando-se a licitante detentora da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar à demonstração de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeiro e qualificação técnica.

Nas informações da pregoeira da UFRJ, de onde também se extraem registros fundamentais para a formação da convicção do julgamento ora questionado, estão claramente identificados os elementos que formaram a base da decisão, todos integrantes da instrução processual e assentados de forma harmônica ao edital de regência do torneio.

As alegações da recorrente, por seu turno, questionam fundamentalmente a sua própria desclassificação. De plano, verifica-se grave erro de cadastramento de proposta no Sistema e, dada a configuração desse cadastro, estaria a Administração contratante, neste momento do certame representada pela Pregoeira, impossibilitada de aplicar o princípio da comparação objetiva entre propostas de preços. Agir de modo diverso ou criar novo método de julgamento como propôs a recorrente, ao arrepio do edital, configuraria um privilégio a licitante no curso da competição, conduta condenada pelos princípios da legalidade, impessoalidade e igualdade.

Isto posto, entendo que deve prevalecer o entendimento que melhor homenageia o princípio da ampla concorrência e da melhor proposta, pautada em legalidade, impessoalidade, igualdade, razoabilidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, em contraponto a interpretações divorciadas das regras objetivamente definidas pelo edital da licitação, razão pela qual denego o recurso interposto e RATIFICO, nos termos do artigo 13, inciso IV, do Decreto nº10.024/2020, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Retorno aos autos à Coordenação Geral de Licitações para as providências de praxe.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2020.

ANDRÉ ESTEVES DA SILVA
Pró-Reitor

Fechar